

artigos

TRABALHO DE RUA DE SALVADOR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: “O TRABALHADOR GRATUITO”

*Bruno José Rodrigues Durães**

RESUMO: Nosso objetivo central aqui neste texto é caracterizar o trabalho de rua em Salvador (vendedores ambulantes, camelôs...) dentro do cenário mais geral de acumulação capitalista, ou seja, situar a informalidade de rua dentro do contexto de subsunção ao capital. Assim, pretende-se, em certa medida, demonstrar as determinações contidas na atividade de rua que estão para além da sua forma primeira, para além da aparência. Dessa maneira, este texto delinea-se como uma tentativa de rompimento com o “pensamento comum” sobre a Coisa e sua forma superficial, aparente. Forma essa que, segundo Kosik (1976, p.15), “...não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas”.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho de rua; subsunção; trabalhador gratuito.

*“toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente.”
(Marx apud Lukács, 1979, p.26)*

A objetividade social produzida historicamente pelo homem apresenta-se para nós como uma segunda natureza, tal o seu nível de fragmentação e aparente virtualidade. Ilude, assim, quem a produz e reproduz e por ela é produzido e reproduzido. Essa ilusão constitui-se a exata naturalização do que existe de mais cruel, objetivo e histórico: a forma fenomênica do capitalismo contemporâneo.” (Silva Júnior; González, 2001)

* Mestrando em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas.

INTRODUÇÃO

A temática da informalidade (no caso, os trabalhadores de rua) se faz relevante no momento atual, principalmente, pela crescente participação desta na composição do mercado de trabalho urbano brasileiro, e por estar situada em um processo mais amplo de redefinição do trabalho formal, de “crise do emprego” e do desemprego estrutural. Por outro lado, no nível das individualidades, a informalidade (de rua de Salvador) funciona como recurso à sobrevivência dos menos favorecidos, da classe trabalhadora de um modo geral. Assim, estudar a informalidade é estudar a própria modernidade e suas questões sociais.

Nosso objetivo central aqui neste texto é caracterizar o trabalho de rua (vendedores ambulantes, camelôs¹...) de Salvador dentro do cenário mais geral de acumulação capitalista, ou seja, situá-lo dentro do contexto de subsunção ao capital². Dessa forma, pretende-se, em certa medida, demonstrar determinações contidas no trabalho de rua³ que estão para além da sua forma primeira, para além de sua forma aparente; visamos, pois, clarear os laços invisíveis da valorização do capital contido nas atividades de rua. Assim, esse texto delinea-se como uma tentativa de rompimento com o “pensamento comum” sobre a Coisa e sua forma

¹ Consideraremos aqui apenas o camelô, o vendedor ambulante e os prestadores de serviços, situados na rua, como: encanador, pedreiro. Quer dizer, estamos levando em conta a parte mais “tradicional” do trabalho de rua.

² Subsunção essa que não se dá no ambiente formal de trabalho assalariado, em empresas ou fábricas, mas que é situada na esfera da circulação, das trocas comerciais na rua.

³ A categoria trabalho de rua representa uma opção metodológica de análise que possibilita agregar numa mesma condição – a rua – atividades informais, que, desde já, são tão heterogêneas. Como exemplo de atividades informais “...têm-se as micro-empresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas etc. (Cacciamali, 1991; Hugon, 1997). É mister, portanto, ressaltar aqui que ao fazermos essa denominação “trabalho de rua” tem-se a intenção de chamar a atenção para o elemento histórico e tradicional que essa categoria representa, haja vista, que a rua, como espaço de trabalho, apresenta-se como um fator estruturante e definidor do trabalho na rua, principalmente por instituir uma “suposta” condição temporária, mas que na verdade caracteriza-se como uma forma de aprisionamento, uma condição “temporário-permanente”.

superficial, aparente. Forma essa que, segundo Kosik (1976, p.15), “...não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas”. Qual seria, então, esse “pensamento comum” das atividades de rua difundido socialmente? Seria sua imagem de autonomia e liberdade. Assim, partiremos dessa imagem para adentrar em suas entrelinhas.

Os homens no modo de produção capitalista estão inseridos em uma “praxis utilitária” a qual os condiciona a se orientarem no mundo, a familiarizar-se com as coisas, manejá-las, naturalizá-las, porém de maneira pré-reflexiva. Essa práxis é “...historicamente determinada e unilateral, é a praxis fragmentária dos indivíduos baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes”. (Kosik, 1976, p.10). No modo de produção capitalista, as relações sociais ocultam as relações reais entre os homens, no seu trabalho, no mercado, enfim, constitui um mundo da “pseudoconcreticidade” (KOSIK, 1976, p.11). Para Kosik, “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano” (1976, p.11). E compreender a essência desse mundo só é possível através da apreensão de sua forma fenomênica (KOSIK, 1976, p.12).

Dito isto, nosso propósito aqui é apresentar uma análise dialética do real, de sua forma aparente e sua essência, no caso da atividade de rua de Salvador, em sua dupla condição, a visível (concreta) e a invisível (em subsunção ao capital). Conforme Kosik, “A dialética (...) é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”.(1976, p.32). Destarte, parte-se, portanto, dos homens reais e suas relações reais, em condições determinadas e empiricamente visíveis (Marx, 1999, p.38).

MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM REESTRUTURAÇÃO

Faz-se aqui de grande valia situar o mercado de trabalho brasileiro na atualidade para melhor compreender o fenômeno da informalidade (de rua). De acordo com Pochmann (1999, p.50-51-52), pode-se discriminar, nos últimos 50 anos, dois momentos no comportamento geral do

mercado de trabalho nas economias latino americanas. O primeiro ocorreu durante as três décadas subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, quando predominou a expansão do emprego assalariado, junto com mecanismos de proteção social e trabalhista (Estado de bem estar europeu). E, o segundo período vai do final da década de 70 aos dias de hoje, onde se tem um movimento geral de precarização do mercado de trabalho, ou seja, redução da capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados, a destruição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação do subemprego.

Para Pochmann (1999, p.52), esse segundo momento revela uma inflexão no perfil de expansão das economias, o qual se traduziu como sendo uma crise do desenvolvimento, o que implicou em estagnação da renda, deterioração dos investimentos e degradação dos indicadores sociais.

Dessa maneira, a década de 70 foi de certa forma um marco na mudança estrutural do modo de produção capitalista e de mudança no mercado de trabalho. Conforme Singer (1980), os anos 70 sofreram a queda do ritmo de produção e de produtividade dentro de um contexto de aumento de inflação nos países adiantados. A crise inflacionária dos anos setenta também foi agravada pela crise do petróleo. Este teve seu preço aumentado por duas vezes, o que desencadeou fortes pressões inflacionárias nos países dependentes deste combustível.

Como resultante dessas crises da década de 70, tivemos a adesão a um novo modo de produção/gestão, o toyotismo ou o modelo de “acumulação flexível”; e, também, reestruturações nos parques industriais e nas empresas, enxugamento de pessoal, terceirização, subcontratação e aumento da informalidade. Enfim, houve uma diminuição dos custos das empresas para manterem seus coeficientes de lucros e, concomitantemente, criaram-se postos de trabalho cada vez mais precarizados e não-regulamentados. Além desses fatores ocorre hoje uma super-valorização do capital financeiro, enfraquecendo o avanço do capital “produtivo” concreto, fabril, o que acarreta em novas formas de valorização do capital, sem ao menos passar pela “produção”, seria a financeirização

(Dinheiro gerando mais dinheiro, sem passar por mercadoria-M, D = D').

Para Pochmann (1999, p.21),

A geração de ocupações com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associado à **exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade**, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. Dessa forma distanciam-se as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejada.(grifos meu).

Portanto, a formação desses excluídos e marginalizados dos programas de seguridade social (oriundos do emprego formal) não é tão somente resultado de uma simples falha do funcionamento do mercado, mas também das próprias instituições sociais (POCHMANN, 1999, p.22). “Nesse sentido, uma nova situação de vulnerabilidades sociais estaria associada tanto à exclusão do mercado de trabalho quanto à inclusão precária, que passariam a impedir o acesso aos programas de proteção social.” (Idem, p.22). E hoje, no início do século XXI, mais do que nunca, constata-se que o movimento de desenvolvimento do mercado de trabalho assalariado não conseguiu sanar o problema dos excluídos, marginalizados, também conhecidos como informais.

Na década de 90, o mercado de trabalho brasileiro sofre consequências da reestruturação produtiva e, principalmente, das políticas neoliberais que inserem o Brasil na dependência direta das diretrizes do FMI e do Banco Mundial. Este processo teve sua maior expressão com o governo de Fernando Collor (abertura da economia) que, conforme Druck (1999), representou uma vitória de implementação das políticas neoliberais no Brasil. Essa inserção no círculo vicioso do neoliberalismo, na economia mundializada, gerou no Brasil um processo estrutural de desemprego e de desigualdade social.

Para Filgueiras, *et al.* (2000, p.24)

...pode-se afirmar, por exemplo, que ampliou-se, nos anos noventa, o grau e a abrangência da precarização do mercado de trabalho brasileiro – quer porque aumentou a pro-

porção de pessoas ocupadas em atividades desprotegidas, que não tem acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, quer porque ampliou-se a presença de outras formas de ocupação, distintas de assalariamento, que se caracterizam por terem em geral, piores condições de trabalho.

Assim, constata-se que o Brasil dos anos 90 assumiu a feição de um país marcado pela precariedade dos vínculos empregatícios, pela insegurança instaurada até nos postos de trabalho mais avançados, os chamados setores de ponta – é o processo de “desestabilização dos estáveis” (Hirata, 2002, p.69) ou “informalização” dos formais. Assim, ainda na década de 90, observou-se, por um lado, o crescimento do desemprego estrutural, por outro, o aumento da informalidade como prática atenuante da falta de emprego, atendendo, dessa forma, ao excedente de força de trabalho que aqui é fruto da própria modernização do sistema capitalista.

ATIVIDADES DE RUA DE SALVADOR

A rua demanda uma multiplicidade de significados. À qualidade intrínseca de elo, ligação e passagem entre lugares, somam-se outros eventuais sentidos: a rua em festa, a rua da reivindicação, a rua do morar, a rua da violência. Mas, indiscutivelmente, a rua tem se notabilizado como marco espacial da segregação, evidenciando nas expressões trabalhador de rua, o menino de rua, o morador de rua, etc (Carlos, 1998, apud Cerqueira, 2000, p.56).

As ruas das cidades brasileiras, principalmente de algumas cidades em especial, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, desde os tempos de sua fundação, configuraram-se como um espaço de sofrimento, de suor, de perseguição, de castigo/punição, de tortura, de “escravidão”, de labuta; assim como, de folia, de festejos, cortejos, irreverências, chalaças portanto, também um espaço do lúdico. Contudo, iremos nos deter na rua como um espaço de trabalho – não desmerecendo todos os seus encantos e prazeres das “alegrias” e da ludicidade – dessas cidades, as quais desde cedo foram fundadas nos marcos do comércio marítimo, o que foi facilitado pelo transporte dos carregadores e dos homens das docas, os

doqueiros. Portanto, essas cidades formaram-se nas ruas, pelo trabalho de rua, que a tudo transportava (tanto coisa como gente) e de tudo vendia, principalmente comidas de origem africana.

Salvador no século XIX, especificamente, concentrava a maior parte do comércio da Bahia, tudo passava pelo porto ou pelo comércio local. E para carregar mercadorias de um lado a outro da cidade, para carregar os navios ou descarregá-los, ou até para transportar pessoas em cadeiras de arruar, para tudo isso usava-se dos homens das ruas, dos carregadores, também denominados de ganhadores; e estes eram negros africanos, depois mestiços e até alguns brancos pobres.

Ganhador era aquele indivíduo que vivia literalmente ganhando a vida, dia a dia, sol a sol, em atividades de rua. Exerciam diversas atividades, tais como: carregador, pedreiro, marceneiro, entre outras. Geralmente ficavam registrados em algum “canto” pela cidade, trabalhando naquelas imediações. Os cantos eram espaços de trabalho delimitados pela polícia e ficavam situadas nas principais esquinas da cidade. Existiam cerca de 1.703 ganhadores registrados em 1887, conforme Livro de Matrícula dos Cantos de 1887⁴. O livro dos cantos registrava apenas homens, mas existiam mulheres que também exerciam atividades de rua, como quituteiras, ganhadeiras, lavadeiras, vendeiras, entre outras, que viviam a perambular entre os cantos.

As atividades desempenhadas por esses(as) trabalhadores(as) eram estereotipadas pela elite branca de “pitorescas”, “sujas” e “obscenas”. Essa elite espelha-se nas vitrines (ou no parâmetro) da Europa, e não aceitavam mais que suas ruas fossem ocupadas pelo povo negro: escravos, libertos e mestiços. Dessa forma, a rua foi controlada, demarcada, muitas vezes através da polícia, para atender aos anseios de uma elite que se achava civilizada e modernizante, ou para constituir a idéia de Nação⁵.

Conforme Cerqueira (2000, p.57-58),

⁴ Ver Arquivo Público do Estado da Bahia, Livro de Matrícula dos Cantos, maço 7116.

⁵ Referente a trabalhadores de rua do século XIX ver: Reis (1991, 2000), Durães (2002) e Campos, (1943).

A rua caracterizada como espaço que acolhe excluídos e reproduz a exclusão com suas teias laborais e relações de poder e legalidade(...). Por sua vez, a mão-de-obra que atua nas ruas tem deixado de ser uma saída temporária, tornando-se prática permanente, uma vez que retornar ao mercado formal de trabalho é para a maioria algo fora de cogitação.

Portanto, a rua, como espaço de trabalho, apresenta-se como um fator estruturante e definidor do trabalho de rua, desde o século XIX, e hoje, principalmente, constitui uma “suposta” condição temporária, mas que na verdade caracteriza-se como uma forma de aprisionamento. E isso é comum no momento presente da capital baiana, caracterizando as atividades de rua muito mais como uma alternativa para sobrevivência, uma “escolha forçada”, do que um momento de autonomização de sua condição enquanto trabalhador. Estar inserido, portanto, nos limites das ruas é estar sujeito a uma série de regulamentações e controles que serão, por um lado, acatados pelos trabalhadores, por não terem outra opção e, por outro, modificados e reinterpretados pelos sujeitos das ruas, pelos próprios trabalhadores.

OS TRABALHADORES DE RUA DA ATUALIDADE

A denominação de informalidade que adotamos aqui, desde já apresenta características constitutivas peculiares das quais podemos citar: a incerteza da renda, o imediatismo na vida, a não acumulação de renda (individual); o convencimento, a inovação, a criatividade, os baixos custos das mercadorias e serviços (se comparado ao setor “formal”) e a especificidade do “jeitinho brasileiro” de ser – que pode ser comprovado na tabela 01, abaixo, onde se observam os principais artifícios utilizados pelos trabalhadores para atrair clientes, servindo até como parâmetro para comprovar ou não, teorias que afirmam existir na informalidade aspectos de marketing e “empregabilidade”, os quais garantem o sucesso, ou pelo menos, a continuidade nessa atividade. Dos 162 entrevistados que responderam a essa questão, 61% utilizam o bom tratamento e a inovação como maneiras

de venda⁶. Isto evidencia uma característica marcante na atualidade, presente na informalidade, que são as estratégias de venda e de convencimento do cliente, que são tão comuns nas mais diversas empresas formais.

TABELA 1**Distribuição de entrevistados em relação às maneiras de atrair clientes**

Maneiras de atrair os clientes	Freqüência	%
Exposição da Mercadoria	37	18,6
Inovação (colocar placa ou cartaz, panfletos..)	20	10,1
Preços/ Promoções	13	6,5
Bom Tratamento (tratar bem, boa conversa...)	102	51,3
Qualidade do Trabalho / Serviços	6	3,0
Qualidade e garantia da mercadoria	15	7,5
Organização da barraca	5	2,5
Boa Aparência	1	0,5

* Percentual válido para 162 entrevistados com respostas múltiplas

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Para se entender quem são esses trabalhadores de rua, torna-se necessário tratar do perfil, do contexto e da orientação espacial, dos quais estão sujeitos os trabalhadores de rua. Na maioria das vezes, esses trabalhadores estão expostos às intempéries climáticas e às condições da rua, geralmente, insalubres, próprias da rua, como: má alimentação, poluição ambiental (ruídos) etc. Isto pode ser percebido nas palavras de um dos entrevistados: “Fico ligado ao mesmo tempo no cliente, pivete, fiscalização...” (*Entrevista realizada no Centro de Salvador - 2002*).

PERFIL

Do total de entrevistados (191), 66% são homens. A maioria dos trabalhadores é composta por negros, os quais somando-se aos pardos temos um percentual de 83%. A faixa etária mais expressiva é de 40 anos

⁶ Banco de dados do Projeto “Velhos e novos trabalhadores informais de Salvador”, coordenado pela professora Maria da Graça Druck, 2001-2002, CRH/FFCH/UFBA.

e mais, com um percentual de 44%. Ou seja, ainda existe uma maior participação de homens, de negros e dos mais velhos na informalidade de rua de Salvador (ver tabelas 02, 03 e 04, abaixo).

TABELA 02**Distribuição de Entrevistados por sexo**

Sexo	V.A.	%
Masculino	126	66,0
Feminino	65	34,0
Total	191	100

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

TABELA 03**Distribuição por Cor**

Cor	V.A.	%
Preto	74	38,7
Branco	31	16,2
Pardo	85	44,5
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

TABELA 04**Distribuição por Faixa Etária**

Faixa Etária	V.A.	%
Até 17 anos	4	2,1
18 a 24 anos	34	17,8
25 a 39 anos	69	36,1
Acima de 40 anos	84	44,0
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Do total de trabalhadores, 55,8% são casados (mais concubinato), conforme tabela 05 abaixo, e 48% nasceram em Salvador, conforme tabela 06, abaixo. Esses trabalhadores oriundos de Salvador representam uma mudança na caracterização das atividades de rua, que historicamen-

te foi constituída por trabalhadores advindos de outras cidades, geralmente, do campo (migrações). Hoje, a informalidade de rua começa a representar uma atividade eminentemente urbana.

TABELA 05**Distribuição por Situação Conjugal**

SITUAÇÃO CONJUGAL	V.A.	%
Solteiro	62	32,5
Casado	73	38,2
Divorciado	7	3,7
Separado	10	5,2
Viúvo	4	2,1
Concubinato	34	17,8
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

TABELA 06**Distribuição por Local de Nascimento**

Local de Nascimento	V.A.	%
Salvador	91	47,6
Outra cidade da Bahia	88	46,1
Outro Estado	12	6,3
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Podemos perceber uma incipiente mudança na informalidade no tocante à escolaridade. Do total de trabalhadores, apenas 2,1% são analfabetos, 41,5% possuem o primeiro grau incompleto, 17,8% possuem o primeiro grau completo, 32% têm pelo menos o segundo grau incompleto e 3% possuem o nível superior. Assim, a relação histórica informalidade e baixa escolaridade começa a evidenciar sinais de mudança, mas ainda de forma muito incipiente, não permitindo fazer uma

constatação mais precisa (ver tabela 07 abaixo). Dessa maneira, ainda temos que permanecer com a histórica relação baixa escolaridade e informalidade.

TABELA 07**Distribuição por Escolaridade**

Escolaridade	V.A.	%	% Válido
Analfabeto	8	4,2	4,2
1º grau incompleto	79	41,4	41,6
1º grau completo	34	17,8	17,9
2º grau incompleto	27	14,1	14,2
2º grau completo	36	18,8	18,9
Superior completo	6	3,1	3,2
Total	190	99,5	100,0
Não respondeu	1	0,5	
Total	191	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Dos 191 entrevistados, 24% são trabalhadores “ambulantes”, no sentido estrito da palavra – ambulante aquele “que não permanece no mesmo lugar” (Aurélio, 1999) – ou seja, não possuem ponto de trabalho fixo (ver tabela 08); e, 76% são trabalhadores de ponto fixo, que exercem sua atividade geralmente sob o controle do poder municipal.

TABELA 08**Distribuição em relação aos Pontos de Trabalho**

O ponto é fixo	V.A.	%
Sim	145	76,0
Não	46	24,0
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Do total de trabalhadores, 67% afirmam possuir algum tipo de registro (inscrição ou cadastro) na prefeitura, ver tabela 09 abaixo, o que caracteriza a forte interferência do poder público municipal dentro das atividades de rua. Isso conduz no mínimo a pelo menos um questionamento: Será que esses trabalhadores (as) de rua são tão clandestinos, fraudulentos e ilegais assim? Parece que não, tendo em vista que possuem, em sua maioria, registro e pagam uma taxa por essa inscrição. Até os vendedores das tradicionais “festas de largo”, de bairros de Salvador, também são obrigados a tirarem sua licença (temporária) para trabalharem, com valores que variam de 20 a 100 reais, a depender dos tipos de produtos vendidos (bebidas com isopor ou barraca; carrinho com comidas típicas etc.). Assim também ocorre na festa tradicional da cidade, o Carnaval, onde cerca de 4 mil vendedores pagam pela licença.

TABELA 09**Distribuição de Entrevistados em relação a algum tipo de registro**

A atividade tem algum tipo de registro	V.A.	%
Sim	128	67,0
Não	62	32,5
Total	190	99,5
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

Em relação à renda, podemos afirmar que a maioria dos trabalhadores, 61%⁷, situam-se na faixa de baixa renda, com até 2 salários mínimos, conforme tabela 10 a seguir. Não vamos aqui tecer maiores considerações, pois esta categoria (renda) não é muito confiável. Muito dos trabalhadores (as) ocultam seus rendimentos ou mistificam-nos.

⁷ Percentual válido para um total de 133 trabalhadores, que responderam a esta questão.

Tabela 10
Distribuição de Entrevistados em relação ao ganho mensal

Ganho Mensal	V.A.	%	% Válido
Menos de 1 Salário M	23	12,0	18,7
1 a 2 SM	52	27,2	42,3
2 a 5 SM	33	17,3	26,8
5 a 10 SM	11	5,8	8,9
Acima de 10 SM	4	2,1	3,3
Total	123	64,4	100,0
Não Respondeu	68	35,6	
Total	191	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo: CRH/FFCH/UFBA, 2002.

O TRABALHADOR DE RUA COMO UM EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

O movimento incessante do capitalismo se dá em prol do aumento de produtividade, da expansão da propriedade privada, do aumento da riqueza, do “...interminável processo de obter lucros” (Marx, 2002, p.183-184), passando inerentemente pelo crivo da formação de uma população apta para o trabalho, na condição de excedente. De acordo com Marx: “Quanto maiores a riqueza social, o capital em formação, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva.” (2002, p.748). Para Marx, a lei geral, absoluta da acumulação capitalista, faz-se na máxima: “...quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior usando-se a terminologia oficial, o pauperismo”. (2002, p.748).

“...o aumento do capital variável, ou seja, do número de trabalhadores empregados, está sempre associado a flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação...” (Marx, 2002, p.733). A população trabalhadora,

portanto, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela relativamente uma população supérflua (Idem, 2002, p.734).

Assim, para Marx

...se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorada, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (2002, p.735).

Portanto, o movimento de acumulação do capital, o fluxo do sistema capitalista, conforme Marx, gera inevitavelmente uma população de trabalhadores excedentes que em sua maioria está apta para ingressar no mercado formal de trabalho. Forma-se, assim, uma “superpopulação relativa” a qual pode ser caracterizada como sendo constituída por todos os trabalhadores que estão desempregados ou parcialmente empregados (MARX, 2002, p.741).

Essa superpopulação relativa assume três formas: a primeira é a **flutuante**, composta por trabalhadores que perderam seus postos com o próprio crescimento da economia; a segunda é a **latente**, geralmente composta pelos trabalhadores rurais, que estão rebaixados à linha do pauperismo, formando uma população supérflua; a terceira forma da superpopulação é a **estagnada**, formada por parte dos trabalhadores em ação, mas que estão inseridos em ocupações totalmente irregulares. “Ela proporciona ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível.” (Marx, 2002, p.746). E é esta (última) forma que relacionaremos à informalidade, aos trabalhadores de rua.

Por fim, Marx (2002) categoriza um tipo peculiar da superpopulação relativa que é o pauperismo, o qual “...vegeta no inferno da indigência”. (p.747). Essa camada social consiste em três categorias: (1) os aptos

para o trabalho; (2) os órfãos e filhos indigentes; e, (3) os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar (as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos etc.) (MARX, 2002, p.747-748).

Dentro desse contexto, os trabalhadores de rua⁸ podem ser categorizados como sendo parte da superpopulação relativa estagnada, pois se caracterizam por serem "... parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular (...). Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora..." (Marx, 2002, p. 746). Nesta perspectiva, os trabalhadores de rua têm uma dupla funcionalidade: 1) pressionam os trabalhadores formais a permanecerem em seus empregos, em quaisquer condições; 2) servem para baratear o valor da "cesta de consumo" do trabalhador regular, logo diminuir ou estagnar seu salário.

Hoje, na sociedade atual, com o avanço alcançado pelas forças produtivas, pode-se observar cada vez mais como a premissa de Marx se concretiza, qual seja: "Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana." (2002, p.748). Neste sentido, vemos que o trabalhador vira refém do instrumental (da maquinaria) de trabalho e que a produção cada vez emprega menos, com o advento da automação, robótica, máquina inteligente etc., formando uma gama crescente de trabalhadores(as) excedentes, atentos, a espera de uma oportunidade, terminando por engrossarem as fileiras da informalidade.

O TRABALHADOR DE RUA E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: "O TRABALHADOR GRATUITO"

O trabalho de rua também está submetido ao domínio do capital, fazendo parte do processo de circulação das mercadorias (Carvalho,

⁸ No caso específico de Salvador, consideraremos trabalho de rua aquelas atividades "tradicionalistas", como foi dito antes, camelôs, vendedores ambulantes, prestadores de serviços que realizam ou ofertam seus serviços na rua como, por exemplo, encanadores, pedreiros, marceneiro, eletricitista, etc.

1986, p.5), ou seja, transforma o “capital-mercadoria” em dinheiro, o qual irá para a mão do comerciante que em seguida o utiliza para comprar novas mercadorias e, assim, novamente, volta à mão do produtor, para se tornar “capital-dinheiro” e reiniciar o ciclo da produção (MARX, 1991). Então, esse mecanismo da produção necessita da esfera da circulação, que envolve custos (transporte dos produtos, armazenamento e distribuição das mercadorias) (Idem, 1991). Tudo isso é feito “gratuitamente” pelo trabalhador de rua, sem custos para o capital “Industrial”. Além de trabalhador gratuito para o capital, ele termina por não se beneficiar muito nesta esfera da circulação, pois só lhe resta apropriar-se do aumento de preço do valor da mercadoria, haja vista, que o “valor de troca” da mercadoria não se altera, pois já foi formado na produção. Este trabalhador também está sujeito a duas ordens de fatores: (1) ao próprio fluxo do capital, o qual, por exemplo, em momentos de aumento do custo da mercadoria, condiciona que este trabalhador venha a endividar-se para continuar adquirindo a mercadoria (que subiu de preço) e manter-se na atividade; (2) ao próprio fluxo da atividade, que expõe o trabalhador à propensão de aumentar o desgaste e o “custo” de sua auto-reprodução, devido às condições precárias do trabalho na rua – longas jornadas; baixos rendimentos; inferências climáticas; fiscalização e controle do espaço público, por parte do poder municipal –, tem-se um aumento da vulnerabilidade às doenças de trabalho “próprias da rua” (doenças climáticas, contagiosas, varizes, estresse, etc.). Assim, o grande beneficiado com esse trabalho de rua é o capital, que se utiliza de um trabalhador vivaz (faminto pela sobrevivência) para manter o fluxo de seu sistema. Quanto maior a circulação das mercadorias, ou seja, quanto mais (eles) comercializam, mais propiciam o lucro do capital (MARX, 1991).

Ademais, este trabalhador está sob o jugo do capital, pois normalmente ele assume valores instituídos pelo último. Valores esses que muitas vezes se distanciam de suas condições de vida e, ainda assim, são vivenciados. Com isso, estes trabalhadores constituem e lutam para manutenção de um “status forçado”, pois se privam de determinadas necessidades imediatas (alimentação, saúde...) para atenderem a essa vontade imputada, reflexo dos valores capitalistas do mundo corrente: consumis-

mo e individualismo. Portanto, existe um certo domínio ideológico, no sentido da construção de um imaginário desligado do seu real vivido. Esse domínio ideológico não oculta, aparentemente, o real, mas mistifica-o, pois não deixa claro, para esses trabalhadores, sua função de trabalhador “gratuito”. Harvey (1999) exemplifica essa intensificação na construção de imagens de mundo (imagens e signos) como um mecanismo de manipulação de desejos e gostos, os quais têm grande importância para a dinâmica de crescimento do capitalismo. No mais, em alguns casos, esses trabalhadores de rua (tradicional) adotam uma certa “lógica” capitalista para realização de suas atividade, quer dizer, assumem um conjunto de disposições para a prática diária, mas ainda de forma incipiente, das que já dá para perceber a “simbiose” do arcaico com o moderno (OLIVEIRA, 1972:29 e 30), como o uso de marketing, empregabilidade e outras técnicas de venda e capacitação, que muitas vezes são inspiradas na lógica do mercado capitalista.

Outrossim, de acordo com Prandi (1978, p.37), o trabalho informal contribui para evitar o conflito de classes. Isso ocorre devido à aparência de autonomia no trabalho que inibe ou oculta à relação capital e trabalho que se encontra numa forma disfarçada de assalariamento, além da supervalorização do individualismo, no limite da sobrevivência, dificultando ações coletivas.

A rigor, o que acarreta essas condições de inserção e de participação no processo de acumulação é o próprio movimento do capital. Ele cria e recria determinadas possibilidades de inserção/produção, de reprodução, e ainda participa na estruturação da subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999). Como salienta Prandi (1978, p.38), o capital os mantém informais, os recria ou os destrói.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de rua, portanto, constitui-se em duas faces: uma, é a aparência (visível, imediata) que se caracteriza por assumir uma feição de atividade autônoma, realizada para o próprio trabalhador, com liberdade de controle diante dos instrumentos e meios de trabalho, o trabalhador como “dono de si”, autônomo e empreendedor; a outra, é a própria es-

sência da atividade de rua, a qual revela a condição de funcionalidade e subsunção ao capital, na condição de trabalhador gratuito e de exército industrial de reserva.

Assim se configura o trabalho de rua de Salvador, que na atualidade é mantido em uma opaca situação de comodismo e “acomodação controlada”, onde uns poucos (trabalhadores) se beneficiam com algumas conquistas (provisórias) individuais como, por exemplo, melhores pontos de venda; e, outros tantos se sujeitam, em sua maioria, aos ditames (e coerções) da “ordem” legítima (do poder público municipal).

Para Barreto (2003, p.126), o trabalhador de rua aparece, portanto, como o exemplo mais claro de fragmentação da classe trabalhadora, da fragmentação dos homens enquanto classe. Isso é possível devido ao forte grau de diferenciação existente entre os próprios trabalhadores de rua. Diferenciação essa verificada tanto no tipo de atividade exercida, quanto nos ganhos e “pontos” auferidos. De fato, pode-se perceber o grau de diferenciação desses trabalhadores através de suas “...atividades, dos produtos e serviços oferecidos, que variam constantemente, dependendo do dia, da estação do ano e das condições do comércio.” (Idem, 2003, p.100).

Uma outra característica do trabalho de rua atual é a incerteza da própria condição de trabalhador. Vive-se o presente, sem certezas futuras e sem saber quanto vai “tirar” no seu longo dia de trabalho, geralmente, mais de 8 horas diárias. Estes trabalhadores têm a certeza de ter que ir trabalhar, de sua “obrigação” de ir trabalhar, mas não sabem quanto vão ganhar e nem quando e, muito menos, se irão permanecer trabalhando; se irão poder continuar trabalhando naquele local, ou se terão que mudar de instrumentos (de serviços, de produtos) de trabalho, ou se vão conseguir competir com empresas capitalistas que a cada dia se espalham pela cidade, oferecendo produtos e serviços de qualidade e com preços mais acessíveis. Portanto, a marca da precarização aqui vem à tona com toda a voracidade e se impõem ao trabalhador como uma força quase onipotente, instituindo-lhe ritmos e medos.

Assim, a “atividade de rua” a que nos referimos aqui se caracteriza por corresponder a atividades vulneráveis, possuir incertezas de renda e

de perspectiva futura; e, por ser, geralmente, estratégias de sobrevivência, com a peculiaridade de acontecerem nas ruas. Ademais, esses trabalhadores sofrem de uma tripla pressão: primeiro, pela própria atividade que os “aprisiona” (longas jornadas de trabalho), no sentido da busca pela sobrevivência, normalmente, não tem ninguém que lhe substitua em caso de impossibilidade de ir trabalhar; segundo, sofrem a pressão coercitiva da fiscalização municipal, que através de práticas regulamentadoras provocam a existência de situações tensas e conflituosas, dificultando a “batalha” pela sobrevivência, tornando-se, na verdade, muitas vezes, um verdadeiro entrave para a realização da atividade; terceiro, tem-se a pressão inexorável da falta de seguridade social, que com o avanço da idade, certamente, deixa o trabalhador tenso e pensativo sobre sua realidade imediata e sem muitas perspectivas sobre o presente e o futuro que para ele são incertos e indesejados.

Destarte, a atividade de rua comporta uma sofrível caracterização de funcionalidade para o capital e, ao mesmo tempo, insere-se como meio de vida para o excluído (o descartável), o desempregado ou para os miseráveis. Enfim, o trabalhador de rua de Salvador, contido nos termos da rua, insere-se, quase sempre, em uma imediaticidade exorbitante: ele tem que “vender hoje para comer amanhã”, ou, simplesmente, “vender hoje para pagar o que comeu ontem”.

ABSTRACT: Our central objective in this paper is characterize the street work in Salvador (ambulants, street vendors) inside the general movement of capitalist accumulation, or either, put the informality of streets inside the context of labour's subordination to capital. Thus, it is intended to demonstrate the determination contained in the activities developed in streets which are beyond its first form, beyond its appearance. In this way, this paper is delineated as an attempt of disruption with the "common thought" about the things and their superficial, apparent form. Form which, according to Kosik (1976, p.15), "... does not constitute a natural quality of the thing and the reality: it is the projection, in the conscience of the subject, of determined petrified historical conditions".

KEY-WORDS: street work, subordination, free worker.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258 p.
- BARRETO, Theo da Rocha. *A precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais*: o trabalho flexível nas ruas de Salvador. Monografia de Bacharelado de Sociologia. Salvador, FFCH/UFBA, 2003.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. (Org.) *Distribuição de rendas no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 121-143.
- CAMPOS, J. da Silva. Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia. In: *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, v. 29, 1943, p.291-309.
- CARVALHO, Inaiá. *Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia*. Salvador: CRH, 1986. 131p.
- CERQUEIRA, Monique Borba. *Os guardiões do tempo sobrevivem à cidade veloz*: Trabalho informal e saúde, dimensões da exclusão social. Dissertação de Mestrado de Sociologia. Campinas: Unicamp, dez. 2000.
- DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização - (des)fordizando a fábrica*: um estudo complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.261p.
- DURÃES, Bruno José Rodrigues. “Trabalho Informal”: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. In: Trabalho, Flexibilidade e Precarização, *Caderno do CRH*, n.37, Salvador: Edufba, jul/dez. 2002, p. 289 – 308.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI*: O dicionário da língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª Ed., 1999.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M.; et al. *O conceito de informalidade*: problema ou solução?. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas, 2000. (mimeo).
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Tradução de Adail Sobral; Maria Gonçalves. 8ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

- HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE. Trabalho, Exclusão e Precarização sócio-econômica: o debate das ciências sociais na França. In: Trabalho, Flexibilidade e Precarização, *Caderno do CRH*, n.37, Salvador: Edufba, jul/dez. 2002, p. 289 – 308..
- HUGON, Philippe. O Setor Informal: balanço de 25 anos de trabalho. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 1997, v. 18, n. 2, p. 32-63.
- KOSIK, KARL. *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Ed., 1976.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro Vol 1 e 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant’Anna, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, 11 Ed, São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, Karl. O Capital Comercial. In: *Capital: O Processo Global de Produção Capitalista*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. Cap. XVI do Livro 3, v. 5, p. 309-323.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Estudos Cebrap 2*, São Paulo: CEBRAP, out. 1972, p. 3-82.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob o fogo cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: contexto, 1999.
- PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o Capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. In: *Afro-Ásia*. Salvador, 24, 2000, p.199-242.
- _____. A Greve Negra de 1857 na Bahia. In: *Revista da USP*, São Paulo, n. 18, jul.ago.1991.
- SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: *Bahia de todos os pobres*. Salvador: Vozes, 1980, 214p.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarcuno.
Uma abordagem ontológica da sociabilidade. São Paulo: Xamã, 2001.